DESAFIOS DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA DO TRABALHO EM CONTEXTO DE FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS E DESPROTEÇÃO SOCIAL: o caso do agronegócio no Estado do Piauí¹

Paula Maria do Nascimento Masulo (UFPI)²

Maria Dione Carvalho de Moraes (UFPI)³

RESUMO

A legislação trabalhista, no mundo e no Brasil, sofre reformas flexibilizantes e regressivas, com o negociado, gradativamente, prevalecendo sobre o legislado. Nesse contexto de precarização e desproteção social aos sujeitos do labor, a classe trabalhadora vê-se desafiada, via organizações sindicais, a construir novas estratégias negociais que lhes garantam melhorias nas condições de trabalho e inserção nas políticas de seguridade social, via assalariamento, inclusive, nas relações de trabalho rural. Assim, o desafio vivido por trabalhadores(as) assalariados(as) rurais do agronegócio da soja no Piauí, que firmaram a primeira “Convenção da soja”, em 1990. Na política pública de Negociação Coletiva de Trabalho, do campo do Direito do Trabalho, enquanto política de proteção social, produzem-se pactos coletivos a partir das decisões tomadas através de representações sindicais, patronais e laborais, quais sejam, acordos e convenções relacionadas a salário e outras condições de trabalho. A análise de atores e processos nesse campo de disputas permite melhor compreender tanto o agronegócio como expressão da ofensiva do capital, quanto o papel regulador do Estado e, ainda, a ação sindical, sobretudo, no que tange a assalariados(as) rurais, na luta por direitos e contra a precarização nas relações de trabalho.

Palavras-chave: Reforma trabalhista. Negociação Coletiva do Trabalho. Agronegócio. Trabalhadores(as) rurais assalariados(as). Ação sindical.

ABSTRACT

Work legislation in the world and in Brazil undergoes flexible and regressive reforms, with the negotiated gradually prevailing over the legislated. In this context of precariousness and social unprotection to the working subjects, a working class is challenged, through trade union organizations, to build new negotiated strategies that guarantee improvements in working conditions and insertion in social security policies, including wage-earning, rural labor relations. Thus, the challenge faced by salaried agricultural workers of soy agribusiness in Piauí, who signed the first “Soy Convention” in 1990. In the public policy of Collective Bargaining, in the field of Labor Law, as a social protection policy, it produced collective agreements based on decisions made through union, employer and labor representation, namely, agreements and conventions related to wages and other working conditions. The analysis of actors and processes in this field of dispute allows us to better understand both the offensive expression of capital and the regulatory role of the state, and even a union action, especially as it pertains to rural salaried workers in the fight for rights, copyright and against precariousness in labor relations.

¹ Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

² Bacharela em Direito, especialista em Negociação Coletiva de Trabalho (UFRGS), mestra em Sociologia, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: paulamazullo@hotmail.com.

³ Socióloga; professora doutora na Universidade Federal do Piauí (UFPI), Departamento de Ciências Sociais (DCIES), Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), PPGs em Políticas Públicas (PPGPP) e Sociologia (PPGS). E-mail: mdione@uol.com.br.

Keywords: Labor Reforms. Collective bargaining. Agribusiness. Rural workers employed (the). Trade Union action.

INTRODUÇÃO

Este artigo decorre de pesquisa sobre a política pública de negociação coletiva de trabalho⁴, inserta nas relações de trabalho, cujo foco específico são trabalhadores(as) rurais assalariados(as) do agronegócio, da soja, no Piauí, alvo das políticas sociais do trabalho e da seguridade contributiva. Na condição de sujeitos políticos ativos e atores sociais do processo negocial trabalhista, esses(as) trabalhadores(as) têm demandado do patronato rural do agronegócio piauiense, desde os anos 1990, o reconhecimento de direitos do trabalho.

Na dialética das relações capital/trabalho, tendo o Estado como garantidor da reprodução sistêmica do primeiro, a negociação coletiva se apresenta como um pacto contratual, jurídico, político e econômico, mas também como fenômeno social contraditoriamente modificador de realidades, na esfera da luta de classes. Como dispositivo legal de negociações de condições de trabalho, mormente no atual momento de reformas nas leis trabalhistas do país, e concretizada por sujeitos sociais que não são entes passivos, mas protagonistas do labor, dotados de humanidades, e que não apenas reproduzem, mas produzem o direito em relações conflituosas e tensas, nos marcos do mimetismo da gênese da acumulação capitalista.

A política pública de negociação coletiva é um dos pontos principais das últimas reformas que vêm sendo implementadas na legislação trabalhista e de saúde e segurança no trabalho⁵, no Brasil, as quais se revelam em descompasso com os ordenamentos e preceitos constitucionais que garantem, aos sujeitos do labor, a manutenção de seus direitos humanos no trabalho e a preservação de suas dignidades. Especialmente no tocante a pactos coletivos, com o negociado devendo prevalecer

⁴ Pesquisa de tese de doutorado, em curso (MAZULLO, 2019), no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

⁵ Essas reformas materializam-se nas Leis n. 13.429/2017(Terceirização), n.13.467/2017 (Reforma Trabalhista), no Projeto de Lei n. 6.442/2016 (Reforma Trabalhista Rural), e nas portarias n. 915 e 916, de 30.07.2019, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, que alteram e flexibilizam as Normas Regulamentadoras – NR's n. 01 (disposições gerais para todas as NR's), e n. 12 (sobre Máquinas e Equipamentos), e revogam a NR n.02(sobre Inspeções Prévias).

sobre o legislado, esses atores sociais do processo laboral, inclusive do setor rural do agronegócio, encontram-se no epicentro dessas transformações que, como diz Antunes (2018), atendem ao modo de reprodução sistêmica do capital.

São reformas que se fundam em matriz liberalizante, regressivo e flexibilizante (DELGADO, 2017), ao tempo em que externalizam expressões de atuação coesa do Estado e do capital⁶, que redundam em precarização do trabalho, desproteção social e vulnerabilidades dos sujeitos do labor, posto que promovem significativas alterações, tais como, o fim do imposto sindical compulsório, o parcelamento de férias, a realização de horas extras em locais insalubres, a demissão em massa sem negociação/anuência do sindicato laboral, instituição do banco de horas, e outras precarizações nas condições laborais como trabalho intermitente, trabalho em tempo parcial e terceirização irrestrita, redução do intervalo para almoço para apenas trinta minutos, dentre outros, cujos efeitos incidem nos espaços quotidianos não só produtivos mas sociais, em sentido amplo.

Assim, prevê-se que “dentro de poucos anos, todos os trabalhadores brasileiros estarão no vagão comum do trabalho desprotegido e precário” (LIMA; LIMA, 2017, p. 10), porquanto, para além da ativa capacidade laboral desses sujeitos, o tempo trará o envelhecimento das suas forças de trabalho (TEIXEIRA, 2017), o que exigiria políticas públicas de seguridade social⁷ voltadas à manutenção das dignidades, conforme constitucionalmente assegurado.

Contudo, as ofensivas precarizantes aos direitos fundamentais do trabalho e às políticas de proteção social, manifestam-se em larga escala e em diferentes países, neste Século XXI. Seus inícios são datados na chamada crise econômica dos anos de 1970, especialmente na Europa, quando os governos não conseguiram superá-la, sendo, então, derrubadas as bases sociais e econômicas dos estados centrais, construídas pelo Keynesianismo (DELGADO, 2017). O processo de mundialização financeira do capital, e a quebra das fronteiras nacionais (CHESNAIS, 1996) tornou-se evidente nos países da América Latina, inclusive, no Brasil, nos 1980, na transição do

⁶ O Projeto de Lei n. 6787/2016, que trata da Reforma Trabalhista, é de autoria do Poder Executivo (do então Ministério do Trabalho).

⁷ As políticas de seguridade social estão positivadas nos artigos 1º, III; 193; 194; 196; 201, I, II, III, IV, §§1º, 2º, 3º, 4º, 5º; e, 203, da Constituição Federal.

fordismo para o toyotismo (ANTUNES, 2006). O processo materializou-se de forma mais aguda nos anos 1990, no contexto da investida neoliberal na América Latina, com a contra-reforma do Estado. No Brasil, no governo de Fernando Collor de Mello e “[...] o ataque à seguridade social passou também pela política de abertura econômica, no que diz respeito a baixar o custo Brasil...” (BEHRING, 2013, p.162).

O Brasil, Estado capitalista, com tais fundamentos constitucionais expressos (Arts. 1º, IV; 170, IV), sujeita-se a esse sistema econômico vigente no “sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 1999, p.447) em suas pressões de crises e reprodução, cujas reformas trabalhistas atuais, só aumentam as desigualdades sociais, que se encontram na lógica do sistema, uma vez que “ao capitalismo não interessa extinguir a desigualdade social, poie é dela que ele se alimenta e se reproduz” (PEREIRA, 2016, p.70).

BRASIL: CONTEXTOS, PROCESSOS E ATORES SOCIAIS

No cenário atual das relações entre capital e trabalho, evidenciam-se retrocesso social, precarização e desmonte do sistema de proteção ao trabalho, no país, em ofensa a direitos trabalhistas, indisponíveis em absoluto, posto que inseridos em “patamar civilizatório mínimo” (HONORIO, 2018, p.128), fruto da coesão entre Estado e capital (SEVERO, 2019). Nota-se “um manifesto desprezo à noção de centralidade da pessoa humana na ordem jurídica e na vida social” (DELGADO; DELGADO, 2017, p.41), com repercussão na seguridade social protetiva e inclusiva (PEREIRA, 2016).

Muitas das indagações, ante este cenário, apontam para a necessidade da existência de patamares mínimos de garantias àqueles(as) que vendem a força de trabalho ao capital, no que a Negociação Coletiva de Trabalho (NCT), posta como instrumento facilitador da flexibilização, na reforma trabalhista em questão, contraditoriamente, apresenta-se à classe trabalhadora, também, como instrumento legal e político na luta por melhoria das condições de trabalho.

Os dispositivos da NCT da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)⁸ foram

⁸ As negociações e convenções coletivas de trabalho foram normatizadas no Brasil, através do Decreto n. 21.761, de 23.08.32.

introduzidos no mundo do operariado brasileiro na Era Vargas, de 1930 a 1945, em cenários de mudanças na então atmosfera do nascente parque industrial. Sua normatização ocorreu sob as regras da matriz ideológica do Estado liberal, sendo incorporadas à CLT⁹, como política pública, do tipo regulatório, nos termos löwynianos, seguindo moldes de outros países¹⁰. Tornam-se, assim, marcadores das relações entre capital e trabalho, com exigência de organização sindical, que foram legalizados e atrelados ao Estado, no governo Vargas¹¹.

Do ponto de vista jurídico, os marcadores legais da negociação coletiva de trabalho foram se aperfeiçoando, sendo moldados e positivados nos pactos firmados na CF/88, em que o capital é elemento fundante ao lado do valor social ao trabalho (CF, art. 1º, IV)¹². Assim reconhecem-se Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho como direitos sociais da classe trabalhadora, como dispositivo que instrumentaliza as relações de trabalho, em decisões pactuadas para além do que a lei estabelece.

No que diz respeito ao meio rural, no Século XX, consolida-se um sistema agroindustrial com subsistemas regionais especializados em um número reduzido de propriedades e de regiões do mundo. Assim, a acumulação de capitais concentra o domínio de cultivos/criações mais produtivos, conquistando novas fatias do mercado (MAZOYER; ROUDART, 2009), articulando agricultura, pecuária, pesca, extrativismo e indústria, sob parâmetros industriais de organização/gestão do trabalho.

No caso brasileiro, a partir dos anos 1950, com ênfase nas décadas seguintes, a passagem de complexos rurais (no rastro do sistema de *Plantation*), para os

⁹ Através do Decreto Lei n.229, de 28.02.1967, as negociações e as convenções coletivas de trabalho foram introduzida na CLT, que, no artigo 611, assim define “[...] acordo de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho”.

¹⁰ É utilizada em quase todos os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cobrindo mais de 80% da força de trabalho na Bélgica, França, Alemanha e Áustria. Na América Latina, cobre mais de 90% da força de trabalho. Em cerca de 50% dos países, as negociações ocorrem no nível da empresa, sem participação direta de sindicatos (LIMA JUNIOR; CAVALCANTE; PINTO, 2016).

¹¹ Sobre sindicalismo brasileiro na década de 1930, ver Mattos (2003).

¹² Trabalho livre e livre iniciativa são postos, constitucionalmente, na mesma ordem de grandeza de cidadania, de dignidade da pessoa humana, e de soberania nacional, sendo atribuído ao trabalho assalariado urbano e rural no Art. 7º da CF/88, um elenco de direitos correlatos aos princípios fundantes citados.

Complexos Agroindustriais (CAIS)¹³ contou com forte e ampla participação do Estado no financiamento de terras, insumos, máquinas, e subsídios. A produção agroindustrial de grão, caso da soja, volta-se à produção de *commodities*¹⁴, cujos negócios, internos e externos, estão na agenda permanente das representações patronais do setor¹⁵.

Mas, esta categorização racionalizadora não corresponde, na íntegra à realidade do trabalho assalariado rural em um país onde o agronegócio não é de todo livre da informalidade e, mesmo, da ilegalidade. Registros de ausência de proteção do vínculo formal garantido em lei, especialmente quando envolvem migrantes, evidenciam o desrespeito às condições de saúde e segurança (REIS, 2010), e, inclusive, a presença de trabalho escravo contemporâneo (DIEESE, 2014; MASULO, 2014).

Essas novas configurações do capital, e suas imediatas implicações no trabalho, fizeram irromper o chamado Novo Sindicalismo¹⁶, em contraponto ao sindicalismo tutelado e com atuação importante na evolução do processo de Negociação Coletiva de Trabalho, travando nova luta e ação política coletiva laboral, nos meios urbano e rural, não só para melhorar as condições de trabalho, mas também nas lutas pela redemocratização do país (DIEESE, 2016). Seus ecos ressoaram no texto da CF/88, em seu Artigo 7º que define “direitos dos trabalhadores urbanos e rurais [...]”.

Nessas lutas, assalariados(as) rurais da Região Nordeste mobilizaram suas bases (SOARES, 1984) e realizaram a primeira greve, no Estado de Pernambuco, em 1979 (DIEESE, 2016), assim como, no meio urbano, no setor automotivo (ANTUNES, 2006). São sinais evidentes de que o direito do trabalho foi acionado na formação contemporânea da classe trabalhadora brasileira, em especial, no campo do direito coletivo do trabalho¹⁷, inclusive, pela via da NCT, com a forte presença das mulheres

¹³ Conceito desenvolvido na literatura nos anos de 1980 para designar relações entre indústria e agricultura. Para detalhes, ver Müller (1982); Kageyama (1987); Silva (1996).

¹⁴ Produtos que funcionam como matéria-prima, produzidos em larga escala e estocáveis, sem perda de qualidade (petróleo, suco de laranja congelado, boi gordo, café, soja e ouro, etc). O preço é determinado pelo mercado mundial, no mercado de ações, e independe da empresa que produz.

¹⁵ No Piauí, essa representação sindical patronal cabe à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí (FAEPI), com 15 entidades patronais de base, seguindo atribuições e pautas confederativas, no âmbito da sua base territorial (FAEPI, 2019).

¹⁶ Sobre Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e grupos pastorais, em áreas rurais, na emergência do novo sindicalismo, e sobre a participação de mulheres, no processo, ver Aguiar (2016).

¹⁷ “O direito coletivo de trabalho desenvolveu-se com o reconhecimento do direito de associação dos trabalhadores após a Revolução Industrial do Século XVIII. Afirmou-se com o crescimento do

trabalhadoras rurais, incorporadas ao assalariamento e às organizações políticas de classe, com agendas voltadas às suas condições de trabalho (FISCHER, 2000; AGUIAR, 2016).

CONTEXTOS, PROCESSOS E ATORES SOCIAIS: PIAUÍ

O Estado do Piauí, a partir dos anos 1970¹⁸, vivia os inícios de um processo de mudanças em sua estrutura econômica o qual redundaria, nos anos de 1990, na instalação do agronegócio do complexo carnes/grãos, especialmente, a soja¹⁹, nos cerrados do sudoeste do estado, quando trabalhadores(as) agrícolas passaram de situações de moradia, meação, arrendamento, nos marcos das relações de patronagem-dependência, e de agricultura familiar camponesa (MORAES, 2000) para as de assalariamento em frentes abertas pelo agronegócio.

Pesquisas sobre esse processo abordam questões relacionadas ao financiamento público para apropriação privada da terra (MONTEIRO, 1993); condição camponesa (MORAES, 2000); meio ambiente do trabalho e processo de disciplinamento dos corpos na passagem da agricultura familiar camponesa para o trabalho assalariado (REIS, 2010); trabalho escravo (MASULO, 2014); problemática ambiental nos cerrados e a força política das entidades patronais (ANDRADE, 2015), dentre outros. Moraes (2000) registra inícios de uma trajetória de luta desindicalizada de trabalhadores e trabalhadoras rurais²⁰ na defesa de direitos trabalhistas, no Piauí.

O capitalismo agrário piauiense, dos anos 1990 para cá, tem-se consolidado em larga escala, no âmbito do complexo carnes/grãos, destinando-se aos mercados externos de *commodities*, o que se reflete na balança comercial do Piauí, e do país (FUNDAÇÃO CEPRO, 2013). Em abril de 2018, o estado registrou 1.454.912ha, com

movimento sindical e as primeiras entidades destinadas à proteção de seus interesses” (GUIMARÃES *et al*, 2008, p.1).

¹⁸ Nos anos 1970, no Piauí, teve início o controle, pelo capital, de um mercado de terras voltadas para o agronegócio (MONTEIRO, 1993; MORAES; 2000; MASULO; MORAES, 2015).

¹⁹ Sobre o que denomina passagem “do destino pastoril à vocação agrícola”, no Piauí, referindo esse processo, ver Moraes (2006). Sobre processo histórico de produção agroindustrial no Piauí, ver Martins *et al* (2003).

²⁰ Sobre inícios do sindicalismo rural no Piauí, nos anos 1960, pautando reforma agrária e direitos previdenciários, até os anos 1990, com demandas por melhoria das condições de trabalho assalariado, ver Medeiros (1996).

4.512.119t de produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, envolvendo cerca de 25 municípios (IBGE, 2019). As mudanças no perfil do negócio agrícola no Piauí alteraram profundamente as relações de produção e de trabalho no campo (MORAES, 2000; REIS, 2010; MASULO, 2014), com relações de assalariamento em uma economia agrícola voltada ao *Commodities Market*, ostentando colheitas com produtividade crescente: “Piauí encerra a safra deste [2018] ano com a maior produção de sua história, 4,263 milhões de toneladas de grãos, um aumento de 17% em relação à safra do ano passado” (JORNAL MEIO NORTE, 2018, p.1), sendo que em janeiro de 2019, registrou-se o total de 757.596ha de área plantada, com produção esperada de 2.566, 297 toneladas²¹.

Em paralelo ao avanço do capital agrícola, a mobilização de trabalhadores(as) assalariados(a)s rurais nos cerrados piauienses iniciou-se no final dos anos 1990, via sindicatos, o que se verifica ter ocorrido de forma tardia se comparado ao restante do país (MASULO; MORAES, 2015; MAZULLO; MORAES, 2019). Mas, os resultados podem ser medidos pelos pactos coletivos de trabalho negociados, o que aponta para a capacidade de luta e mobilização desses(as) trabalhadores(as). Atualmente, além da Convenção da Soja, de 1994, o Piauí registra as seguintes convenções coletivas de trabalho: Cana-de-açúcar (2004/2005); Palha de Carnaúba (2012/2013); Avicultura (2004/2005); e Fruticultura (2006/2007) (FETAG, 2019; CONTAR, 2019). Dados das pactuações coletivas traduzem resultados do esforço das categorias laborais, no Piauí, dentre as quais, a atividade da soja econômica da soja (TABELA 1).

Tabela 1 – Convenções Coletivas do agronegócio do Estado do Piauí (2019/2020)

Atividade econômica	Pisos salariais Atuais (R\$)	Data-Base	Trabalhadores(as) alcançados	Ano da primeira Convenção
Soja	1.115,20	1º/outubro	5.000	1994
Palha de Carnaúba	1.180,80	1º/maio	7.000	2012
Cana de Açúcar	1.012,00	1º/junho	3.000	2004
Avicultura	1.081,50	1º/fevereiro	1.500	2004
Fruticultura	998,00	1º/março (em negociação)	3.000	2006

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em: CONTAR (2019); FETAG (2019).

²¹ Ver: <https://portalpontox.com/piaui-espera-colher-safra-record-segundo-ibge-baixa-grande->

No cenário atual de reformas das leis trabalhistas, emergem novos desafios à mobilização de trabalhadores(as), pela via sindical, frente ao poder econômico das empresas do agronegócio, no estado, especialmente no tocante à manutenção da capacidade negocial nos acordos e convenções coletivas de trabalho, para que a prevalência do negociado sobre o legislado se traduza em ganhos e benefícios, para além do que as leis reformistas estabelecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que, embora atuando nos limites da tutela do Estado, trabalhadores(as) rurais utilizam-se, nos espaços negociais coletivos, de ferramentas dialogais, nos marcos políticos do processo de Negociação Coletiva do Trabalho, como vem acontecendo no Piauí, desde os anos de 1990, na atividade da soja. Se não rompem com a aporia fundante do capitalismo, em alguma medida, apropriam-se dessa ferramenta e produzem um acúmulo de experiência de resistências no presente, que lhes servirá para o futuro.

Um futuro cada vez mais ameaçado por definições presentes que promovem a precarização das relações de trabalho e o retrocesso de direitos sociais vinculados ao trabalho. No enfrentamento da necessidade de estabelecer parâmetros para a relação entre lucro das empresas e suas humanidades, e do desafio de renovação sindical, trabalhadores(as) forjam novas identidades, inclusive, no tocante a relações de gênero, sobretudo, na experiência em mesas de negociação. Assim, para além de esquematismos dicotômicos, pode-se falar nas negociações como espaços contraditórios, porém, potencializadores de continuadas transformações e flexibilizações das relações capital e trabalho, observado no agronegócio, no Piauí.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v.15, Edição Especial 2016, p.263.

ANDRADE, Patrícia Soares de. A Insustentável Questão Fundiária e Ambiental do Cerrado Piauiense: A Confluência de Interesse entre Estado e o Agronegócio na

Expansão da Produção de Grãos. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina, maio de 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego**: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Mauricio Godinho. DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil**: com os comentários à Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017.

DIEESE. **Greves no Brasil** (de 1968 aos dias atuais). Depoimentos de Lideranças. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **Estudos e pesquisas**: o Mercado de Trabalho Assalariado Rural Brasileiro. Ed. n. 74 – outubro de 2014.

FISCHER, Izaura Rufino. **A trabalhadora rural**: consciência política e social na empresa agrícola moderna. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2000.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí em números**. Situação Socioeconômica do Piauí. Teresina, 2013.

GUIMARÃES, Isac Pimentel; PINHO, Lorena de Andrade; SAMPAIO, Márcio Santos; GOMES, Sonia Maria da Silva. Uma Análise das Convenções Coletivas de Trabalho dos Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Brasil de 2003 a 2008. **V SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. 2008. Disponível em: www.reacfat.com.br/index.php/reach/article/download/325. Acesso em: 30 mai.2019.

HONÓRIO, Cláudia. Derrogação de proteção jurídico-trabalhista aos empregados com maior remuneração e diploma de nível superior. *In*: COSTA, Ângelo Fabiano Farias da; MONTEIRO, Ana Cláudia Bandeira; NETO, Silvio Beltramelli (Coord.). **Reforma trabalhista na visão de Procuradores do Trabalho**. Salvador: JusPodivm, 2018.

JORNAL MEIO NORTE. **Piauí atinge a maior safra da história**. Edição n.9444, de 12.09.2018, Caderno Theresina1.

KAGEYMA, Ângela (Coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas: Unicamp/IE, 1987.

LIMA, Francisco Meton Marques de; LIMA, Francisco Péricles Rodrigues Marques de. **Reforma trabalhista**: entenda ponto por ponto. São Paulo: LTr, 2017.

LIMA JÚNIOR, Arnaldo Barbosa; CAVALCANTE, Daniel; PINTO, Igor Parente. O fortalecimento das negociações é indispensável para o crescimento da produtividade do Trabalho no Brasil. **Política em Foco**. Mercado de Trabalho. n.61. Out./2016. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/pdf>. Acesso em 15 mai.2019.

MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* **Piauí**: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MASULO, Paula Maria do Nascimento. **Trabalho escravo e agronegócio no Piauí**: uma trajetória da situação a partir dos anos 1990, com base em processos judiciais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2014.

MASULO, Paula Maria do Nascimento; MORAES, Maria Dione Carvalho de. **Negociação Coletiva de Trabalho no agronegócio no Piauí**: um novo campo de disputas a partir dos anos 1990. V REA Reunião Equatorial de Antropologia. XIV ABANNE. Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, Julho/2015.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP, 2009.

MAZULLO, Paula Maria do Nascimento. Pactos coletivos, identidades laborais e flexibilização de direitos trabalhistas (Trajetórias de assalariados(as) rurais do agronegócio da soja no âmbito da política de negociação coletiva de trabalho, no Piauí, de 1990 aos dias atuais). **Projeto de tese**. (Versão para Exame de Qualificação 1). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Teresina: UFPI, 2019.

MEDEIROS, Antonio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC), 1996.

MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. Grandes propriedades financiadas pelo FINOR - Agropecuário no Piauí: análise dos impactos sócio-econômicos. **Dissertação** (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, 1993, 189p.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. **Memórias de um Sertão Desencantado**

(Modernização agrícola. Narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). **Tese**. (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. São Paulo, 2000.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí. *In*: Denise Elias; Renato Pequeno. (Orgs.) **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas sócio-espaciais**. Fortaleza: BNB, 2006.

MÜLER, George. **O complexo agroindustrial brasileiro**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1982.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: Crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

REIS, Thais Barbosa. Meio Ambiente de Trabalho Rural: condições ambientais de trabalho agrícola nos cerrados piauienses. **Dissertação** (Mestrado Desenvolvimento e Meio Ambiente) PRODEMA, Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2010.

SEVERO, Valdete Souto. A terceirização como elemento de destruição do Estado Social. *In*: MAIOR, Jorge Luiz Souto Maior. SEVERO, Valdete Souto (Coord.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

SOARES, José Arlindo. Pernambuco e Paraíba: tendências atuais do sindicalismo no Nordeste: modernização conservadora ou mobilização social. *In*: **Sindicatos em uma época de crise**. Coleção “Nuestra América”. Petrópolis: Vozes, 1984.

TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). **Envelhecimento na Sociabilidade do capital**. Campinas-SP: Papel Social, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos Sistemas-Mundiais. *In*: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: EdUNESP, 1999.

Sites consultados:

www.cnabrazil.org.br

www.contag.org.br

www.contar.org.br

www.enfoc.org.br

www.faeppi.org.br

www.fetag.pi.org.br

www.ibge.gov.br

www.planalto.gov.br

<https://portalpontox.com/piaui>. Acesso em: 23 mai. 2019.